

# ATRIA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ - MF nº. 05.956.581/0001-53 - Araucária - Paraná

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Atria S/A - Crédito, Financiamento e Investimento relativas ao exercício 2012, apurados com base na regulamentação vigente.

A Atria manteve suas linhas de créditos direcionadas às empresas do ramo da construção civil, especificamente às de construção e pavimentação de estradas e rodovias.

A instituição apresentou um crescimento de 14,01% na carteira de operações de crédito em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 145.162 (cento e quarenta e cinco milhões, cento e sessenta e dois mil reais). Neste ano a instituição provisionou R\$ 11.862 (onze milhões, oitocentos e sessenta e dois mil reais) para devedores duvidosos, que representou um aumento de 52,05% no nível de provisões em relação ao ano anterior, demonstrando assim o comprometimento da administração em manter níveis adequados de recursos em relação a carteira de créditos, visto que influenciou diretamente no resultado do exercício.

As captações em Letras de Câmbio tiveram um aumento de 5,59% em relação ao ano anterior encerrando o período com um total de R\$ 75.942 (setenta e cinco milhões, novecentos e

quarenta e dois mil reais).

Atendendo aos princípios gerais fundamentados pelo "Comitê de Basiléia II", a instituição mantém estruturas operacionais específicas para o gerenciamento de risco.

A estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional assegura políticas e procedimentos de identificação, avaliação e classificação de riscos operacionais, proporcionando um ambiente adequado para o gerenciamento, monitoração consistente e uma mitigação permanente. Essas premissas permitem também a identificação de eventuais fragilidades e melhoria nos processos de controle, garantindo assim melhor desempenho de maneira mais eficiente. A estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional está em total aderência com a Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional.

O Gerenciamento do Risco de Mercado é efetuado conforme as disposições da Resolução nº 3.464 do Conselho Monetário Nacional. Nossa estrutura contempla premissas fundamentais ao controle e adequação das exposições, através da revisão e aprovação de políticas e estratégias específicas para o gerenciamento do risco de mercado de maneira consistente. A Resolução 3.721 do Conselho Monetário Nacional instituiu também a estrutura de

Gerenciamento de Risco de Crédito. Nossa estrutura é compatível com a natureza das nossas operações e a complexidade dos nossos produtos e serviços. No gerenciamento do risco adotamos políticas de concessão baseadas na avaliação da capacidade financeira dos nossos clientes, sendo que o nível de exposição das carteiras é definido através dos fatores de ponderação de risco definidos pelo Banco Central do Brasil.

O Gerenciamento do Risco de Capital é efetuado conforme as disposições da Resolução nº 3.988 do Conselho Monetário Nacional. A Instituição conta com estrutura organizacional voltada para o gerenciamento de riscos e de capital, conforme o organograma da instituição. A estrutura tem conhecimento apropriado dos níveis de risco de capital aos quais a instituição está exposta e dos processos utilizados para identificar, avaliar, acompanhar, controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres incorridos no gerenciamento do risco. Atua no desenvolvimento das atividades e na implementação de controles internos, revisões e atualizações das diretrizes da instituição no gerenciamento do risco de capital. A estruturas completas de Gestão de Riscos, tabela de tarifas bancárias e Sistema de Informação de Crédito - SCR estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.atria-sa.com.br](http://www.atria-sa.com.br).

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
	Circulante Disponibilidades (Nota 5) Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) Aplicações em depósitos interfinanceiros Operações de crédito (Nota 6) Setor privado Provisão para créditos de liquidação duvidosa Outros créditos (Nota 7) Diversos Outros valores e bens (Nota 8) Outros valores e bens Não circulante Realizável a longo prazo Operações de crédito (Nota 6) Setor privado Provisão para créditos de liquidação duvidosa Imobilizado Outras imobilizações de uso Depreciação acumulada Total do ativo	39.145 14 7.965 7.965 30.339 78.111 (47.772) 71 71 756 756 19.418 19.418 19.418 38.845 (19.427) 5 (5) 58.563		84.587 56 850 850 81.680 110.214 (28.534) 1 1 2.000 2.000 28.826 28.826 28.826 34.948 (6.122) 5 (5) 113.413	Circulante Recursos de aceites cambiais (Nota 9) Letras de câmbio Outras obrigações Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados Fiscais e previdenciárias Diversas (Nota 10) Não circulante Recursos de aceites cambiais (Nota 9) Letras de câmbio Patrimônio líquido (Nota 12) Capital Aumento de capital Lucros (prejuízos) acumulados Total do passivo e do patrimônio líquido

"As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras"

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2013		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012	2013	2012
Receitas da intermediação financeira	2.092	3.989	20.162	20.162
Operações de crédito (Nota 6)	1.710	3.439	19.577	19.577
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	382	550	585	585
Despesas da intermediação financeira	(27.388)	(63.137)	(26.980)	(26.980)
Operações de captação no mercado	(2.150)	(4.765)	(6.094)	(6.094)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(25.238)	(58.372)	(20.886)	(20.886)
Resultado bruto da intermediação financeira	25.296	(59.148)	(6.818)	(6.818)
Outras receitas/despesas operacionais	(78)	421	1.404	1.404
Receitas de prestação de serviços	26	50	119	119
Despesas de pessoal	(25)	(49)	(48)	(48)
Outras despesas administrativas (Nota 13)	(602)	(977)	(701)	(701)
Despesas tributárias	(282)	(324)	(831)	(831)
Outras receitas operacionais (Nota 14)	1.035	2.089	3.238	3.238
Outras despesas operacionais (Nota 15)	(230)	(368)	(373)	(373)
Prejuízo operacional	(25.374)	(58.727)	(5.414)	(5.414)
Resultado não operacional	896	896		
Outras receitas não operacionais (nota 16)	896	896		
Prejuízo antes da tributação	(24.478)	(57.831)	(5.414)	(5.414)
Imposto de renda e contribuição social	(299)	(323)	(3.929)	(3.929)
Prejuízo do semestre/exercício	(24.777)	(58.154)	(9.343)	(9.343)
Prejuízo por ação do capital social	(0,23)	(0,97)	(0,47)	(0,47)

"As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras"

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 1º de janeiro de 2012	42.000	-	(208)	41.792
Prejuízo do exercício	-	-	(9.343)	(9.343)
Em 31 de dezembro de 2012	42.000	-	(9.551)	32.449
Em 1º de janeiro de 2013	42.000	-	(9.551)	32.449
Integralização de capital (Nota 12)	20.000	(20.000)	-	-
Subscrição de aumento de capital (Nota 12)	-	44.000	-	44.000
Prejuízo do exercício	-	-	(58.154)	(58.154)
Em 31 de dezembro de 2013	62.000	24.000	(67.705)	18.295
Em 1º de julho de 2013	42.000	20.000	(42.929)	19.071
Integralização de capital (Nota 12)	20.000	(20.000)	-	0
Subscrição de aumento de capital (Nota 12)	-	24.000	-	24.000
Prejuízo do semestre	-	-	(24.776)	(24.776)
Em 31 de dezembro de 2013	62.000	24.000	(67.705)	18.295

"As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras"

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2013		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2013	2012	2013	2012
Atividades operacionais				
Prejuízo do período	(24.777)	(58.154)	(9.343)	(9.343)
Variáveis de ativos e passivos	23.695	63.553	(6.874)	(6.874)
Redução em operações de crédito	20.091	60.748	(5.973)	(5.973)
Redução (Aumento) em outros créditos	1.360	(70)	49	49
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	1.244	1.244	0	0
Redução em outras obrigações	1.000	1.631	(950)	(950)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.082)	5.399	(16.217)	(16.217)
Atividades de financiamentos				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento (Redução) em recursos emissão de títulos	(22.005)	(43.326)	4.023	4.023
Subscrição para aumento de capital	24.000	44.000	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	1.995	1.674	4.023	4.023
Aumento (Redução) do caixa ou equivalente a caixa	913	7.073	(12.194)	(12.194)
Disponibilidades e aplicações interfinanceiras no início período	7.066	906	13.100	13.100
Disponibilidades e aplicações interfinanceiras no final período	7.979	7.979	906	906
Aumento (Redução) caixa ou equivalente a caixa	913	7.073	(12.194)	(12.194)

"As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras"

### 1 Contexto operacional

A Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, com sede no município de Araucária - PR, tem como atividade a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares próprias das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento. Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil, conforme despacho publicado no Diário Oficial da União, em 9 de outubro de 2003.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Instituição em 20 de março de 2014.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### 2.1 Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essas Leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A aplicação das referidas leis é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008, porém as alterações por elas propostas ainda não foram referendadas integralmente pelo BACEN.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas as normas internacionais de contabilidade. A instituição aplicou os seguintes pronunciamentos, já reconhecidos pelo BACEN: CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos"; CPC 03 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa"; CPC 05 - "Divulgação Sobre Partes Relacionadas"; e CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir do momento em que forem referendados integralmente pelo BACEN.

### 3 Principais práticas contábeis

#### (a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Para fins de apuração do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a partir do exercício de 2008, as companhias puderam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permitiu à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/2007 alterada pela Lei nº 11.941/2009, por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alteração no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis

efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

A provisão para Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitadas a 30% do lucro tributável.

#### (b) Disponibilidades

Disponibilidades incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

#### (c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, liquidados dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### (d) Operações de crédito, recursos de aceites cambiais e interfinanceiros

As operações de crédito estão compostas de empréstimos e financiamentos ao setor privado. As operações contratadas com taxas pós e prefixadas são registradas pelo valor principal e as rendas são apropriadas ao resultado pela taxa linear ou exponencial conforme contratado, em razão da fluência de seus prazos até a data do balanço, retificados das rendas a apropriar quando aplicável.

#### (e) Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira. Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a instituição classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada operação. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos tais como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A referida resolução determina critérios e percentuais mínimos a serem observados na constituição de provisões para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, que são rigorosamente seguidos pela Instituição.

(f) O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base no tempo de vida útil estimada, de acordo com as taxas descritas, a saber:

Descrição	Taxa anual -%
Equipamentos de informática	20
Softwares	20

#### (g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

#### (h) Imposto de renda e contribuição social

No cálculo do imposto de renda e contribuição social, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% e a provisão para contribuição social sobre o lucro tributável é constituída à alíquota de 15%.

#### 4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### 4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo semestre, estão contempladas a seguir.

#### 4.2 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A Instituição apresenta níveis de PCLD que são calculados conforme percentuais definidos na Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que determina também critérios específicos para constituição, provisionamento e classificação de riscos que variam de AA a H. A Instituição utiliza os percentuais mínimos obrigatórios, todavia de acordo com seu julgamento pode utilizar critérios mais conservadores para classificação.

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidades

	2013	2012
	14	56

continua próxima página

	<b>29.376</b>	<b>179.382</b>
<b>(e) Operações de crédito, baixados para perdas no período.</b>		
<b>Descrição</b>		
Empréstimos	15.302	4.743
Financiamentos	10.527	4.280
	<b>25.829</b>	<b>9.023</b>
<b>(f) Operações de crédito e outros créditos recuperados no período</b>		
<b>Descrição</b>		
Empréstimos	1.056	49
Financiamento	39	17
	<b>1.095</b>	<b>66</b>
<b>(g) Garantias recebidas nas operações de crédito</b>		
As operações de créditos estão suportadas em sua totalidade por garantias fidejussórias suficientes e adequadas às circunstâncias, adicionalmente quando necessário, são exigidas garantias reais abaixo elencadas:		
<b>Descrição</b>		
Alienação fiduciária	18.777	14.199
Hipotecas	7.000	7.000
Outras garantias	49.888	58.384
	<b>75.665</b>	<b>79.583</b>
<b>7 Outros créditos - diversos</b>		
<b>Descrição</b>		
Circulante	71	1
Impostos de renda		1
Outros	71	1
	<b>71</b>	<b>1</b>
<b>8 Outros valores e bens</b>		
<b>Descrição</b>		
Circulante	756	2.000
Imóveis em dação	756	2.000
	<b>756</b>	<b>2.000</b>
Em 31 de dezembro de 2012, a instituição mantinha saldo de R\$ 2.000 classificados como "Bens não de uso próprio" referentes a 57 terrenos na cidade de Boituva/SP, recebidos em dação de pagamento de dívida do cliente Chalet Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 6.323.569/0001-74. Em 27 de novembro de 2013 foi recebido também em dação um Lote em Maringá/PR avaliado em R\$ 370.000,00 do cliente Baliza Empreendimentos e Participações Ltda. O Saldo da conta em 31 de dezembro de 2013 era composto do valor do Lote recebido em Maringá/PR e 11 terrenos localizados em Boituva/SP com valor unitário de R\$ 35.087,72 que ainda não haviam sido vendidos.		
<b>9 Recursos de aceites cambiais</b>		
<b>Descrição</b>		
Letras de câmbio - Circulante	17.286	2012
Letras de câmbio - Não circulante	33.615	58.656
	<b>33.615</b>	<b>75.942</b>
O saldo do longo prazo está abaixo demonstrado:		
2016	5.064	2013
2017	6.432	5.064
2018	22.119	6.432
	<b>33.615</b>	<b>33.615</b>
As operações são indexadas pelo CDI.		
<b>10 Outras obrigações - diversas</b>		
<b>Descrição</b>		
Provisão para pagamentos a efetuar	57	64
Fornecedores	14	15
Pendências a regularizar (*)	41	41
Recursos vinculados a operações de crédito (**)	6.234	3.974
	<b>6.346</b>	<b>4.053</b>
(*) Valor é composto de sinal de negócios referente a venda de 8 terrenos recebidos em dação de pagamento em Boituva/SP.		
(**) Os recursos vinculados as operações de crédito foram realizados nos termos da Resolução BACEN no 2.921 de 17 de janeiro de 2002. São recursos colocados à disposição da instituição por terceiros para realização de operações ativas vinculadas, geralmente uma operação de crédito. Não pode ser prestado qualquer tipo de garantia, seja pela instituição contratante ou por pessoas físicas ou jurídicas a ela ligada, estando os recursos vinculados subordinados ao fluxo de pagamentos da operação ativa a qual está vinculada.		
<b>11 Contingências</b>		
Em consonância ao Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", a Atria S.A. é parte em processos judiciais civis de natureza ativa decorrentes do curso normal de suas atividades que tem por objetivo recuperação de créditos vencidos, não possuindo ações judiciais de caráter passivo que necessite constituição de provisões para contingência, todavia apresenta ações classificadas com risco possível de perda pelos assessores jurídicos, abaixo divulgadas:		
Cível	6.595	2012
Tributária	15.791	6.595
	<b>22.386</b>	<b>6.595</b>

A Instituição foi autuada pela Receita Federal do Brasil em processo administrativo de natureza tributária em junho de 2012. A referida autuação foi objeto de impugnação junto à Receita Federal do Brasil em julho de 2012. Em 31 de dezembro de 2013 a possibilidade de perda do processo no valor de R\$ 15.791, foi avaliada como de risco "possível" pelos assessores jurídicos externos, não foi constituída provisão para contingências.

**12 Patrimônio Líquido**

**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social era formado por 60.000.000 (2012 - 20.000.000) de ações ordinárias sem valor nominal.

**(b) Dividendos mínimos obrigatórios**

É garantido aos acionistas no mínimo 25% a títulos de dividendos ou juros sobre o capital próprio calculados sobre o lucro líquido ajustado. Neste exercício não foram propostos dividendos aos acionistas em razão do prejuízo do exercício apresentado.

**(c) Prejuízo por ação**

O exercício apresentou um resultado negativo de R\$ 58.154 (2012 - 9.343), equivalente a R\$ 0,97 por ação (2012 - 0,47).

**(d) Aumento de capital**

Em 26 de dezembro de 2013 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil a integralização de aumento de capital no valor total de R\$ 20.000, que haviam sido subscritos através da 05ª Assembleia Geral Extraordinária de 07 de outubro de 2013. Em 05 de novembro de 2013 foi aprovado pela administração a subscrição de mais R\$ 24.000 para aumento de capital, que até 31 de dezembro de 2013 permaneciam sob análise do Banco Central do Brasil aguardando aprovação. Os recursos disponibilizados para os aumentos de capital eram provenientes de Letras de Câmbio de Acionistas.

**13 Outras despesas administrativas**

	<b>Semestre findo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Processamento de dados	122	213	179
Sistema Financeiro	25	45	41
Serviços técnicos especializados	323	528	390
Outras despesas	132	191	91
	<b>602</b>	<b>977</b>	<b>701</b>

**14 Outras receitas operacionais**

	<b>Semestre findo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Recuperação de crédito	645	1.095	66
Reversão de provisões operacionais	70	70	1.646
Receita de juros sobre impostos	267	657	2.830
Juros de mora recebidos	48	262	341
Provisão de mora operações de crédito	5	5	
Rendas de plano comunitário	1.036	2.089	4.883
	<b>230</b>	<b>368</b>	<b>373</b>

**15 Outras despesas operacionais**

	<b>Semestre findo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Despesa com captações vinculadas	230	368	373
	<b>230</b>	<b>368</b>	<b>373</b>

**16 Outras receitas não operacionais**

	<b>Semestre findo em 31 e dezembro</b>	<b>2012</b>	<b>896</b>
Lucro na venda de imóveis não de uso próprio			896

**17 Partes relacionadas**

As partes relacionadas estão consoantes ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - "Divulgação das Partes Relacionadas".

**a) Obrigações com partes relacionadas decorrentes de captações de recursos**

<b>Natureza</b>	<b>Grau de relação</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Captação vinculada (i) (Nota 11)	Ligada	6.234	3.975
Recursos de aceites cambiais (ii) (Nota9)	Acionista	33.615	75.942
		<b>39.849</b>	<b>79.917</b>

(i) Operações realizadas com empresa ligada nos termos da Resolução BACEN no 2.921, tendo os vencimentos até 28 de março de 2018, remunerado a 100% do CDI.  
 (ii) Captações em Letras de Câmbio de Acionistas com vencimentos até 20 de dezembro de 2018, remunerados a 100% do CDI.

**b) Dispendios com partes relacionadas decorrentes de serviços prestados**

<b>Natureza</b>	<b>Grau de relação</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Prestação de serviços administrativos	Ligada	275	238
		<b>275</b>	<b>238</b>

Prestação de serviço administrativo nos termos da Resolução no 3.954 de 24 de fevereiro de 2011, do BACEN, por prazo indeterminado.

**(c) Remuneração do pessoal-chave da administração**

<b>Benefícios de curto prazo a administradores</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Proventos	40	40
	<b>40</b>	<b>40</b>

Anualmente em Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

**(d) Pagamentos baseados em ações - CPC 10 (R1)**

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da administração.

**(e) Outras informações**

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos aos seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

**18 Instrumentos financeiros derivativos**

A Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento não possui instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais. Por questões estratégicas a instituição optou por não operar no mercado de derivativos.

**19 Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia)**

De acordo com a Resolução no 2.099/94 do CMN e normas posteriores, é exigida a manutenção de patrimônio líquido mínimo, correspondente a 11% do montante das operações ativas ponderadas por grau de risco que variam de 0% a 300%. A Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, em 31 de dezembro de 2013, mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos.

**(a) Índice de Basileia**

<b>Descrição</b>	<b>31 de dezembro 2013</b>	<b>31 de dezembro 2012</b>
PEPR - Parcela de capital alocado ao Risco de Crédito	15.791	12.891
PJUR1 - Parcela de capital alocado ao Risco de Mercado (Trading)	1	1
RBAN - Parcela de capital alocado ao Risco de Mercado (Banking)	1.270	477
POPR - Parcela de capital alocado ao Risco Operacional (AIB) (*)	2.118	2.652
PRE - Patrimônio de Referência Exigido	15.009	18.443
PR - Patrimônio de ref. para limite de compatibilização PRE	18.294	32.448
Índice de Basileia (% fator de risco/PRE)	13,41%	19,35%
Índice de Basileia Amplo (Inclui RBAN)	12,36%	18,86%

(\*) Para o cálculo da parcela de capital alocado ao Risco Operacional, a Instituição utiliza a metodologia Abordagem do Indicador Básico (AIB)?

Os sócios acionistas da Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento possuem compromisso com a continuidade da instituição, visto os resultados negativos apresentados no primeiro semestre de 2013. Os sócios acionistas da instituição assumem responsabilidade por manter os níveis de capital e patrimônio de referência exigidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela legislação vigente no Brasil, através dos aportes de capitais que se fizerem necessários.

**(b) Limites de imobilização**

<b>Situação</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Margem	9.147	16.224
Patrimônio de Referência para limite de imobilização	18.294	32.448

**20 Outras informações**

**(a) Risco operacional, crédito e mercado**

A administração da Instituição considera a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor relação entre risco e retorno para os mesmos. Desta forma, a manutenção de riscos conhecidos e potenciais dos negócios da financeira busca a não exposição da instituição à possibilidade de perdas relevantes.

**(b) Estrutura de gerenciamento de capital**

A instituição conta com estrutura organizacional voltada para o gerenciamento de riscos e de capital, conforme o organograma da Instituição. A estrutura tem conhecimento apropriado dos níveis de risco de capital aos quais a Instituição está exposta e dos processos utilizados para identificar, avaliar, acompanhar, controlar esses riscos, bem como das obrigações legais e dos deveres incorridos no gerenciamento do risco. Atua no desenvolvimento das atividades e na implementação de controles internos, revisões e atualizações das diretrizes da instituição no gerenciamento do risco de capital.

**(c) Ouvidoria**

Instituída nos moldes da Resolução CMN no 3.849/10 a Ouvidoria é um sistema exclusivo de relacionamento com os clientes, destinado a receber e responder a todos os contatos advindos da relação contratual mantida com os mesmos, buscando a prevenção e solução de conflitos e a excelência no atendimento.

<b>Josiane Greca Schmuck</b> Presidente	<b>Marcos Rogério Greca</b> Diretor	<b>Paulo Cesar Janchikowski</b> CPF: 653.547.459-34 CRC/Pr no 33.243/09
--	--	---

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Administradores e Acionistas**  
**Atria S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**

Examinamos as demonstrações financeiras da Atria S.A - Crédito, Financiamento e Investimento que compreenderam o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, as demonstrações do resultado, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa do semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos necessários para a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes que possam ser causadas tanto por erro quanto por fraude.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Atria S.A - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior  
 O exame das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria em 27 de março de 2013 sem ressalvas.

**Barueri, 28 de março de 2014**

<b>PricewaterhouseCoopers</b> <b>Auditores Independentes</b> CRC 2SP000160/O-5 "F" PR	<b>Carlos Alexandre Peres</b> Contador CRC 1SP198156/O-7 "S" PR
---	--

**21,5**